

# Prejuízos de estudantes são grandes

Se uma nova greve for decretada hoje, inviabilizando o ano letivo, nove mil alunos que deveriam concluir o 2º grau no dia 29 de dezembro ficarão sem o mínimo de 180 dias de aulas exigidos por lei e, por consequência, sem possibilidade de aprovação. Assim, não poderão concorrer aos vestibulares de início do ano nem ingressar em grande fatia no mercado de trabalho, onde a exigência mínima é o diploma.

Além deles, outros que perderão muito mais do que os já prejudicados 370 mil estudantes, que dependem dos docentes públicos, serão duas mil entre as 6 mil 500 crianças matriculadas nos centros de alfabetização do Ciclo Básico. Essa parcela é de carentes que moram no Núcleo Bandeirante ou em áreas rurais de Taguatinga e Brazlândia. Tomam café, almoçam e jantam nas escolas.

No entender da secretária de Educação do DF, Josephina Baiocchi, a radicalização dos

professores vai quebrar a rotina escolar, transtornando o dia-a-dia das famílias. "Já estamos com o calendário apertado por causa dos 42 dias perdidos no 1º semestre. Não sabemos ainda como repor os sábados perdidos com as assembleias da categoria, que considero uma provocação. Greve, então, seria o caos", declara.

Baiocchi adverte que, se o movimento for deflagrado, a secretaria tomará atitudes baseadas na lei, já que o acordo fechado dia 21 de junho entre Fundação Educacional e Sindicato dos Professores deixa claro, na cláusula 78, que os dois órgãos, mais o GDF, se comprometem a prosseguir com negociações junto à Seplan no sentido de liberação de verbas para implantação do quadro de carreira. "Se eles queriam implantação imediata, não deveriam ter assinado o documento. Além disso, a lei dita que não pode haver greve durante a vigência de um acordo", explica.

Segundo a secretária, ainda é cedo para falar na retirada do plano, mas confessa que poderá ser a atitude tomada, caso os docentes insistam na greve. Lembra que o plano entra em votação no Senado na próxima quarta-feira e que, por isso, será uma lástima retroceder num momento tão esperado.

Na sua opinião, "ninguém vai morrer de fome se tiver que esperar mais dois meses pela implantação do quadro". Baiocchi computa o reajuste de mais de 60 por cento que a categoria terá em novembro, referente aos 34 por cento já assegurados e os 26 por cento liberados ao funcionalismo federal que o GDF tenta conseguir também para seus servidores pagos pela União. "Dezembro é mês de 13º e adiantamento de férias", recorda. Explicou que o Governo cedeu em todos os itens possíveis, menos o pedido de implantação imediata do plano, porque não há verba.